



CONGRESSO NACIONAL

MPV 579

00033

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 18/09/2012	Proposição Medida Provisória n. 579, de 11 de setembro de 2012
--------------------	---

Autor Senador Francisco Dornelles - PP/RJ	nº do prontuário
--	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo Global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo 6º	Parágrafo 2º	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Inclua-se o seguinte § 2º ao artigo 6º da Medida Provisória nº 579 de 2012:				
	"Art. 6º			
	§ 2º Os contratos de concessão de transmissão de energia elétrica definirão as responsabilidades e a alocação dos riscos decorrentes de sua atividade.		
" (NR)		

JUSTIFICAÇÃO

Os empreendimentos de transmissão de energia elétrica estão sujeitos a uma série de riscos e custos associados, inerentes à natureza dos seus processos. A metodologia atual de remuneração desses empreendimentos, somada a uma gestão criteriosa pelos concessionários, possibilita mitigar esses riscos, bem como absorver os referidos custos.

A Medida Provisória em questão altera significativamente esses mecanismos de remuneração e de proteção aos riscos, determinando uma regulação por prestação de serviços, com tarifa estabelecida pela ANEEL, composta pelos custos de operação e manutenção, encargos e tributos.

Esse método de regulação por tarifa impede os empreendedores de assumirem quaisquer riscos e custos adicionais, com consequentes impactos financeiros negativos aos consumidores.

Portanto, torna-se necessário que todos os demais riscos e custos associados ao empreendimento (ex.: os socioambientais, os oriundos da ação do Operador Nacional do Sistema – ONS ou de fenômenos naturais, dentre outros) que não estejam adequadamente remunerados na receita estabelecida no parágrafo 1º, inciso I, deste artigo, devam ser resarcidos pelas concessionárias de distribuição do SIN, com direito de justo repasse à tarifa do consumidor final.

Além disso, a medida ora proposta contribui para garantir a prestação de serviços com qualidade e modicidade, com a confiabilidade do Sistema Interligado Nacional - SIN, bem como o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços de transmissão.

Sala das Sessões, de setembro de 2012.

Subsidiária de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 18/09/2012 às 12h44m

Gustavo Ribeiro - Mat. 254736